



## RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO E CENTRAL DE MANDADOS DE SÃO LEOPOLDO EM 17.11.2016

Aos 17 dias do mês de novembro de 2016, compareceu à sede da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e à Central de Mandados de São Leopoldo a Excelentíssima Senhora **MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada dos Assistentes da Secretaria da Corregedoria, Adriana Stangler, Ceci Franzen Matte e Alex Sandro Ramos Vaghetti, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0001607-56.2016.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pelo Coordenador Josué Alfredo Barreto da Silveira e pelo Assistente de Coordenador, Nirton Vicente Scherer. Com base nas informações prestadas pelo Gestor da unidade e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

### 1 INFORMAÇÕES GERAIS

**Data da última correição realizada:** 29.07.2015

**Data de Implantação do PJe:** 06.12.2012

**Jurisdição:** Alto Feliz, Bom Princípio, Capela de Santana, Feliz, Linha Nova, Portão, São José do Hortêncio, São Leopoldo, São Sebastião do Caí, São Vendelino, Tupandi, Vale Real

**1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2015 a 17.11.2016**

### 2 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA/FUNCIONAL

#### **2.1 DIREÇÃO DO FORO DA COMARCA**

Juiz Diretor do Foro	Titularidade
<b>Jarbas Marcelo Reinicke</b>	4ª Vara do Trabalho de São Leopoldo

#### **2.2 SERVIDORES**

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de São Leopoldo gerencia a Central de Mandados da Comarca, que atua como auxiliar dos serviços judiciários e é subordinada à Direção do Foro Trabalhista, conforme o disposto nos arts. 119 a 129 da Consolidação dos Provimentos desta Corregedoria Regional.



## 2.2.1 Servidores Lotados

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro				
	Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Josué Alfredo Barreto da Silveira	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Coordenador (CJ-1)</b>	02.12.1993
2	Nirton Vicente Scherer	Analista Judiciário – Área Judiciária	<b>Assistente (FC02)</b>	12.04.2010
3	William Wagner de Melo	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	<b>16.11.2011</b>
4	Lisiane Renata Kremer*	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	<b>14.07.2014</b>
SEG	Gilmar Pereira Klock	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	<b>27.01.1986</b>
SEG	Cláudio Renato de Azevedo	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	<b>11.04.2005</b>
SEG	Jackson Batista Silva de Albuquerque	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	<b>22.11.2010</b>
SEG	Mário Márcio Silva da Luz	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	<b>09.09.2013</b>

Servidores Lotados na Central de Mandados				
	Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Edegar Closs Pinter	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	<b>26.02.2007</b>
2	Alicia Wilke Salvador	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	<b>09.03.2011</b>
3	Moisés Bueno Lopes Neto	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	<b>10.05.2012</b>



4	André Facini Pereira	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	<b>23.07.2012</b>
5	Thomaz da Costa Farias	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	<b>16.07.2013</b>
6	José Luís Benatti Filho	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	<b>10.12.2014</b>
7	Endrigo Pitrez Mignoni	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	<b>13.02.2015</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 18.10.2016 e revisado em 11.11.2016)

\* O Sistema RH registra, em 18.10 e 11.11.2016, previsão de saída da servidora Lisiane Renata Kremer para ocupar Função Comissionada de Assistente de Execução (FC04) na Vara do Trabalho de Guaíba.

## 2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

O art. 6º, parágrafo 2º, da Resolução nº 63/2010 do CSJT, com as alterações previstas nas Resoluções do CSJT nº 77 e 83/2011 e nº 160/2015 Anexo III, também do CSJT, estabelece que competirá a cada Tribunal instalar Foros quando da existência de mais de uma Vara do Trabalho na localidade, podendo provê-lo com quantitativo adequado de servidores para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte, sem prejuízo da lotação prevista para as Varas do Trabalho, estabelecida no Anexo III da referida Resolução.

Já o art. 7º, parágrafo único, estabelece que competirá a cada Tribunal prover suas Centrais de Mandados com um quantitativo adequado de servidores ocupantes do cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte.

## 2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o período correccionado

Servidores Lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro			
Servidor	Motivo	Nº de Dias de Afastamento	Total (em dias)
Cláudio Renato de Azevedo	Dispensa Médica (DM)	1	<b>24</b>
	Dispensa do Ponto (DPON)	1	
	Doença em Pessoa da Família (LPF)	6	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	16	
Gilmar Pereira Klock	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	20	<b>20</b>
Jackson Batista Silva de Albuquerque	Dispensa Médica (DM)	1	<b>2</b>
	Dispensa do Ponto (DPON)	1	
Josué Alfredo Barreto da Silveira	-	-	-



<b>Lisiane Renata Kremer</b>	Curso ou Evento (CURS)	2	<b>34</b>
	Licença Capacitação (LC)	32	
<b>Mário Márcio Silva da Luz</b>	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	16	<b>16</b>
<b>Nirton Vicente Scherer</b>	-	-	-
<b>William Wagner de Melo</b>	-	-	-

<b>Servidores Lotados na Central de Mandados</b>			
Servidor	Motivo	Nº de Dias de Afastamento	Total (em dias)
<b>Alicia Wilke Salvador</b>	Licença-Gestante (LG)	180	<b>250</b>
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	70	
<b>André Facini Pereira</b>	-	-	-
<b>Edegar Closs Pinter</b>	-	-	-
<b>Endrigo Pitrez Mignoni</b> (desde 13.02.2015)*	-	-	-
<b>José Luís Benatti Filho</b>	Curso ou Evento (CURS)	4	<b>4</b>
<b>Moisés Bueno Lopes Neto</b>	Curso ou Evento (CURS)	5	<b>5</b>
<b>Thomaz da Costa Farias</b>	Curso ou Evento (CURS)	2	<b>2</b>

(Fonte: Consulta Sistema ao Recursos Humanos em 18.10.2016)

\* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

## 2.2.4 Greve dos Servidores durante o Período Correccionado

Considerando sua influência nos dados estatísticos, registra-se que **não foram publicadas portarias de greve** na Unidade restringindo o horário do expediente externo, suspendendo ou interrompendo a distribuição dos feitos ou a distribuição dos mandados, em decorrência do movimento grevista deflagrado pelos servidores do Judiciário Federal no ano de 2015.

## 2.2.5 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

<b>Servidores Lotados na Central de Mandados</b>					
Servidor	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída	
1	Rafael Ângelo Slomp	30.10.2010	<b>28.01.2015</b>	4 anos, 2 meses e 29 dias	Vacância – Posse em outro Cargo Inacumulável

(Fonte: Consulta ao Sistema BI TRT4 em 19.10 e revisado em 11.11.2016)

\* Não houve movimentação de servidores lotados Coordenadoria de Controle da Direção do Foro.



### **3 ATIVIDADES DA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO**

#### **3.1 EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS**

<b>CERTIDÕES NEGATIVAS</b>			
	<b>Certidões Expedidas</b>	<b>Emolumentos arrecadados</b>	<b>Emolumentos dispensados</b>
<b>2014</b>	1.378	R\$ 7.620,71	R\$ 0,00
<b>Média mensal - 2014</b>	114,83	R\$ 635,06	R\$ 0,00
<b>2015</b>	1.130	R\$ 6.253,44	R\$ 0,00
<b>Média mensal - 2015</b>	94,17	R\$ 521,12	R\$ 0,00
<b>Variação 2014-2015</b>	-18,00%	-17,94%	-
<b>2016 (até agosto de 2016)</b>	779	R\$ 4.313,37	R\$ 0,00
<b>Média mensal – 2016</b>	86,56	R\$ 479,26	R\$ 0,00
<b>Variação 2015-2016</b>	-31,06%	-31,02%	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Boletim Foro em 27.10.2016)

Segundo os dados obtidos do programa Boletim Foro, foram fornecidas pela Unidade, em média, 94,17 certidões negativas por mês em 2015, média 18% inferior à verificada no ano anterior. Via de regra, as certidões negativas solicitadas são entregues às 16h30min do dia seguinte ao do recebimento do requerimento. Os pedidos urgentes são entregues no mesmo dia, de acordo com a informação prestada pelo Coordenador.

A documentação necessária para confecção da certidão é conferida ao ser protocolado o requerimento e devolvida à parte. Após a expedição da certidão, os requerimentos e a guia comprovante de recolhimento de emolumentos (GRU) são arquivados na Unidade por 180 dias.

#### **3.2 UNIFICAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS**

##### **3.2.1 Reclamadas**

<b>UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE RECLAMADAS</b>			
	<b>Unificadas</b>	<b>Não unificadas</b>	<b>Total</b>
<b>Reclamadas</b>	6.237 – 15,16%	34.901 – 84,84%	<b>41.138</b>
<b>Processos com reclamadas</b>	62.239 (Totalmente) – 60,97%	31.491 – 30,85%	<b>102.083</b>
	8.353 (Parcialmente) - 8,18%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 17.10.2016, 17h09min)

Em observância ao disposto no §º4 do art. 41 da CPCR, os dados cadastrais das reclamadas devem ser unificados em todas as Unidades Judiciárias da Região. Considerando que a tramitação processual das ações distribuídas a partir do dia



06.12.2012 passou a ser feita exclusivamente pelo sistema de processo judicial eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT), consoante disciplinado pela Portaria Conjunta TRT4 nº 7.862/2012, apenas nos processos que ainda tramitam por meio físico se faz necessária a unificação de dados cadastrais.

Segundo as informações prestadas pelo Coordenador, a unificação dos dados cadastrais das reclamadas é requerida ao Juiz Diretor do Foro, sendo que este realiza as devidas retificações no sistema, com a unificação dos dados cadastrais em face do disposto nos artigos 41, §3º e 42, §1º, ambos da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional.

De acordo com os dados do sistema informatizado, consultados no dia 13.10.2016, 6.237 das reclamadas do Foro de São Leopoldo encontravam-se com cadastro unificado (15,16%). Os processos com cadastro de reclamadas totalmente unificado representavam 60,97% dos processos que tramitam no Foro.

Esses números apontam pequena involução em relação aos dados colhidos na Inspeção Correccional de 2015, cujo percentual de reclamadas unificadas era de 15,31%.

Por ocasião da correição, foi enfatizada ao Coordenador da CCDF a necessidade de priorizar a unificação das reclamadas.

### 3.2.2 Endereços de advogados

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ENDEREÇOS DE ADVOGADOS				
		Unificados	Não unificados	Total
<b>Endereços dos Advogados</b>		5.161 – 34,18%	9.939 – 65,82%	<b>15.100</b>
<b>Processos com Endereços de Advogados</b>	<b>Reclamante</b>	56.105 – 54,95% (Totalmente)	45.463 – 44,52%	<b>102.109</b>
		541 – 0,53% (Parcialmente)		
	<b>Reclamada</b>	28.782 – 28,19% (Totalmente)	66.539 – 65,16%	
		6.788 – 6,65% (Parcialmente)		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 17.10.2016, 12h36min)

Consoante os dados do sistema informatizado inFOR, 34,18% dos endereços de advogados cadastrados no Foro de São Leopoldo encontravam-se unificados, restando 9.939 endereços de advogados não unificados. Além disso, nos processos cadastrados na Comarca, os endereços dos advogados de reclamantes vinculados se encontravam totalmente unificados em 54,95% dos processos, enquanto os processos com endereços de advogados de reclamadas totalmente unificados alcançaram 28,19%.

Salienta-se que, na comparação com a Inspeção Correccional do ano de 2015, houve ligeira evolução no percentual de unificações de endereços de advogados, quando constatado que 32,20% dos endereços de advogados possuíam cadastro unificado em 09.07.2015; e o número de endereços de advogados não unificados era de 10.294.

Na mesma linha do tópico anterior, na data da Correição, também foi recomendado priorizar à unificação cadastral de endereços de advogados.





### 3.2.3 Órgãos

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ÓRGÃOS			
	Unificados	Não unificados	Total
<b>Órgãos</b>	1.134 – 75,50%	368 – 24,50%	<b>1.502</b>
<b>Processos com Órgãos</b>	13.508 – 89,83%	1.529 – 10,17%	<b>15.037</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 17.10.2016, 14h06min)

De acordo com o sistema informatizado, no dia 17.10.2016, 75,50% do cadastro de órgãos públicos se encontrava unificado. Em relação aos processos com Órgãos unificados vinculados, 89,93% deles se encontravam unificados. Na comparação com os dados obtidos na Inspeção Correcional do ano de 2015, verifica-se que houve a unificação de 2 órgãos no período entre as duas correições – aumentando em 0,03% o percentual de cadastros unificados.

### 3.3 CADASTRAMENTO DE PROCESSOS FÍSICOS NO SISTEMA INFORMATIZADO

DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30/09)
Ação Anulatória	0	0	-	<b>0</b>
Ação Cautelar	0	0	-	<b>1</b>
Ação Civil Coletiva	0	0	-	<b>0</b>
Ação Civil Pública	0	0	-	<b>0</b>
Ação de Cobrança de Contribuição Sindical	0	0	-	<b>0</b>
Ação de cobrança de honorários	0	0	-	<b>0</b>
Ação de consignação	0	0	-	<b>0</b>
Ação de cumprimento	0	0	-	<b>0</b>
Ação de indenização	0	0	-	<b>1</b>
Ação declaratória	0	0	-	<b>0</b>
Ação monitória	0	0	-	<b>0</b>
Ação possessória	0	0	-	<b>0</b>
Ação de repetição de indébito	0	0	-	<b>0</b>
Ação de representação sindical	0	0	-	<b>0</b>
Ação rescisória-instrução	0	0	-	<b>0</b>
Carta de Ordem	0	0	-	<b>0</b>
Carta de sentença	5	7	40,00%	<b>7</b>
Carta precatória	0	0	-	<b>0</b>
Carta rogatória	0	0	-	<b>0</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

DC/RDCV-instrução	0	0	-	<b>0</b>
Embargos de terceiro	5	20	300,00%	<b>11</b>
Habeas corpus	0	0	-	<b>0</b>
Habeas data	0	0	-	<b>0</b>
Homologação	0	0	-	<b>0</b>
Inquérito	0	0	-	<b>1</b>
Mandado de segurança	0	0	-	<b>0</b>
Outros	4	5	25,00%	<b>0</b>
Protesto	0	0	-	<b>0</b>
Reclamatória-ordinário	8	8	0,00%	<b>134</b>
Reclamatória-sumaríssimo	3	1	-66,67%	<b>20</b>
Restauração de autos	0	0	-	<b>0</b>
TEE Outros	0	0	-	<b>0</b>
TEE ajuste de conduta MPT	0	0	-	<b>0</b>
TEE conciliação da CCP	0	0	-	<b>0</b>
TEE multa DRT	0	0	-	<b>0</b>
<b>TOTAL</b>	<b>25</b>	<b>41</b>	<b>64,00%</b>	<b>175</b>
<b>MÉDIA POR MÊS</b>	<b>2,08</b>	<b>3,42</b>	<b>64,00%</b>	<b>19,44</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 17.10.2016)

No ano de 2015, foram distribuídas 41 novas ações no Foro de São Leopoldo, registrando-se uma média mensal de 3,42 distribuições. Esse número foi superior em 16 distribuições às ações distribuídas em 2014, constatando-se um aumento de 64% na média mensal de distribuições. Em números absolutos, os Embargos de Terceiro foram objeto da elevação na comparação com os dados de 2014, registrando-se aumento de 15 distribuições em 2015. Esse número reduzido de novas ações é justificado pelo fato de, a partir do dia 06/12/2012, as novas ações ajuizadas no Foro Trabalhista de São Leopoldo terem passado a ser distribuídas exclusivamente pelo sistema de processo judicial eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT).

A seu turno, nos 09 primeiros meses do ano de 2016, foram registradas 154 redistribuições de processos físicos no Foro de Trabalhista de São Leopoldo, registrando-se uma média mensal de 19,44 redistribuições, número que corresponde a um aumento de 469,11% na média mensal. Salienta-se que a maior parte desses processos redistribuídos são de ações que se encontravam arquivadas provisoriamente, e quando do desarquivamento para prosseguimento da execução foram automaticamente redistribuídas à 4ª Vara do Trabalho de São Leopoldo. Também as 21 ações incidentais (cartas de sentença e embargos de terceiro) foram





cadastradas no sistema de processos físicos, em face dos autos principais tramitarem fisicamente.

### 3.4 PROTOCOLO DE DOCUMENTOS E PETIÇÕES

Petições e documentos protocolados			
	Total	Dias úteis	Média/dia
<b>2014</b>	13.929	227	61,36
<b>2015</b>	7.458	224	33,29
<b>Variação 2014-2015</b>	-46,46%	-1,32%	-45,74%
<b>2016 (até 30/09)</b>	4.271	171	24,98
<b>Variação 2015-2016</b>	-42,73%	-23,66%	-24,98%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 18.10.2016)

No ano de 2015, foram protocolizadas 7.458 petições vinculadas a processos físicos no Foro, correspondendo a uma média de 33,29 registros diários de petições. Na comparação com os números do ano anterior, verifica-se uma queda de 46,46% na média de petições e documentos protocolizados. Isso porque, assim como no cadastro de processos físicos, o registro de petições e documentos protocolizados nos processos físicos vêm apresentando redução após a implantação do processo judicial eletrônico PJe-JT no Foro Trabalhista de São Leopoldo.

Por sua vez, no período de janeiro a setembro de 2016, a média diária de protocolo de petições caiu para 24,98 (queda de 24,98%).

### 3.5 ARQUIVO

Nos termos do art. 50, V, da CPCr, incumbe ao Coordenador da Distribuição dos Feitos, organizar e manter o arquivo dos processos recebidos das Varas do Trabalho. O arquivo das Varas do Trabalho de São Leopoldo fica em área construída especificamente para este fim, no estacionamento de uso comum para magistrados e diretores, junto ao Foro. Os processos arquivados são encaminhados em guias pelas Varas do Trabalho, as quais são conferidas na Coordenadoria quanto ao número dos processos, ao nome das partes e à numeração de volumes. Após, é feita a identificação do lote de arquivamento e a remessa dos processos ao arquivo.

Conforme a vistoria realizada por ocasião da inspeção correcional, constatou-se que as instalações do arquivo são novas, de aproximadamente um ano, destacando-se a organização das estantes de processos arquivados, com etiquetas e listagens de processos, facilitando a localização e acesso. Foi informado, ainda, pelo Assistente de Coordenador, Sr. Nirton Vivente Scherer, que a CCDF está empenhada em cadastrar os processos antigos no Infor, melhorando o acesso aos dados dos processos. Por fim, o servidor ressaltou que os pedidos de desarquivamento, na medida do possível, são atendidos no mesmo dia.



### 3.6 LIVRO CARGA DE ADVOGADOS

A partir da análise do livro carga de processos arquivados, em 20.10.2016, constante do sistema informatizado inFOR, constatou-se não haver processos em carga com prazo de devolução vencido, sem a cobrança de devolução dos autos nos dez dias subsequentes, o que demonstra o procedimento diligente adotado pelo gestor.

## 4 ATIVIDADES DA CENTRAL DE MANDADOS

### 4.1. DIVISÃO TERRITORIAL DA JURISDIÇÃO PARA CUMPRIMENTO DE MANDADOS

Conforme o disposto no art. 123 da CPCR, o território da jurisdição em que está instalada a Central de Mandados deve ser dividido em setores, na proporção do número de servidores em exercício responsáveis pela execução de mandados, os quais atuarão em regime de revezamento (não excedente a seis meses) para fins de distribuição e cumprimento.

Segundo as informações prestadas pelo Coordenador da Central de Mandados, a jurisdição do Foro Trabalhista de São Leopoldo está dividida em 07 setores, e o revezamento dos Oficiais de Justiça entre os setores é realizado a cada 3 meses.

### 4.2 DISTRIBUIÇÃO E DEVOLUÇÃO DOS MANDADOS

Consoante o relato do Coordenador da Central de Mandados, a distribuição dos mandados é feita diariamente, observando-se a prioridade no cumprimento, conforme a urgência, sendo que os mandados de plantão são distribuídos imediatamente ao oficial de justiça que estiver de plantão na respectiva data.

O exame das certidões e dos autos lavrados pelos oficiais de justiça avaliadores é feito pelo Coordenador e, em seus impedimentos, por seu substituto legal, nos termos do art. 122, VIII, da CPCR, por amostragem ou conforme a necessidade. Segundo informações do Coordenador, quando é percebida alguma divergência ou incompletude no cumprimento, o Oficial de Justiça é questionado. Após a análise, os mandados cumpridos são devolvidos às Secretarias das Varas, o que é feito diariamente.

A cobrança de cumprimento dos mandados em atraso é efetuada semanalmente, extraindo-se listagem de mandados, anexada à pasta criada em nome do Oficial de Justiça no sistema. A cobrança é efetuada, ainda, por meio de *e-mail*, quando solicitado pelas Unidades Judiciárias, ocasião em que o Oficial de Justiça deve justificar o atraso no cumprimento da ordem.

### 4.3 EXAME DO LIVRO CARGA DE MANDADOS

#### 4.3.1. Mandados recebidos das Varas do Trabalho

	Processos Físicos	
	Total	Média mensal
2014	836	69,67



<b>2015</b>	454	37,83
<b>Variação 2014-2015</b>	-45,69%	-45,69%
<b>2016 (até 30/09)</b>	239	26,56
<b>Variação 2015-2016</b>	-47,36%	-29,81%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 24.10.2016)

<b>Processos Eletrônicos (PJe-JT)</b>		
	Total	Média mensal
<b>2014</b>	3.776	314,67
<b>2015</b>	4.523	376,92
<b>Variação 2014-2015</b>	19,78%	19,78%
<b>2016 (até 30/09)</b>	5.098	566,44
<b>Variação 2015-2016</b>	12,71%	50,28%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 24.10.2016)

Em 2015, a Central de Mandados de São Leopoldo recebeu 4.977 mandados, sendo 454 de processos físicos e 4.523 de processos eletrônicos. Dessa forma, a média mensal alcançou 414,75 mandados recebidos, 7,91% maior do que a média verificada em 2014. Por sua vez, nos primeiros 09 meses de 2016 foram recebidos 5.337 mandados, dos quais 239 de processos físicos e 5.098 de processos eletrônicos. A média geral de mandados recebidos por mês alcançou 593, 42,98% superior à média de 2015.

Em face da implantação do PJe-JT no Foro, verificou-se redução de 29,81% na média mensal de mandados oriundos de processos físicos em 2016, ao passo que a média de mandados de processos eletrônicos subiu 50,28% no mesmo período.

#### 4.3.2. Cumprimento de mandados

<b>Número de mandados cumpridos – PROCESSOS FÍSICOS</b>				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30/09)
<b>Busca e Apreensão</b>	4	6	50,00%	5
<b>Citação</b>	156	123	-21,15%	41
<b>Condução de Testemunha</b>	0	0	-	0
<b>Notificação</b>	179	103	-42,46%	38
<b>Penhora</b>	372	157	-57,80%	98



<b>Outros</b>	136	83	-38,97%	46
<b>Total</b>	<b>847</b>	<b>472</b>	<b>-44,27%</b>	<b>228</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 24.10.2016)

<b>Número de mandados cumpridos – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)</b>				
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 30/09)
<b>Intimação</b>	0	0	-	0
<b>Notificação</b>	2.265	2.706	19,47%	2.994
<b>Mandado</b>	1.355	1.734	27,97%	2.041
<b>Ofícios</b>	29	44	51,72%	57
<b>Total</b>	<b>3.649</b>	<b>4.484</b>	<b>22,88%</b>	<b>5.092</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 24.10.2016)

Foram cumpridos 4.956 mandados pelos oficiais de justiça avaliadores em 2015, dos quais 472 oriundos de processos físicos e 4.484 de processos eletrônicos. Dessa forma, houve elevação de 460 mandados cumpridos em 2015 na comparação com 2014, o que corresponde a 10,23%.

Em relação aos tipos de diligência, nos processos físicos, a penhora foi a espécie mais frequente em 2015 e 2016 (157 e 98, respectivamente), seguida pela citação (123 e 41, respectivamente). Já nos processos eletrônicos, tanto em 2015 como em 2016, as notificações foram as mais frequentes, seguida pelos mandados de execução.

#### 4.3.3 Tempo médio para cumprimento dos mandados

<b>Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS FÍSICOS</b>				
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 30.09)
<b>Busca e Apreensão</b>	11,25	12,17	8,15%	14,40
<b>Citação</b>	69,23	15,87	-77,08%	15,00
<b>Condução de Testemunha</b>	-	-	-	-
<b>Notificação</b>	22,77	12,08	-46,96%	16,74
<b>Penhora</b>	24,39	31,55	29,37%	27,74
<b>Outros</b>	14,22	14,04	-1,30%	12,15
<b>Prazo Médio Geral</b>	<b>30,61</b>	<b>19,89</b>	<b>-35,03%</b>	<b>20,18</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 24.10.2016)



<b>Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)</b>				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.09)
<b>Intimação</b>	-	-	-	-
<b>Notificação</b>	6,74	11,38	68,89%	10,73
<b>Mandado</b>	13,98	24,28	73,66%	18,19
<b>Ofício</b>	9,86	20,32	106,02%	12,12
<b>Prazo Médio Geral</b>	<b>9,45</b>	<b>16,46</b>	<b>74,09%</b>	<b>13,74</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 24.10.2016)

Em termos gerais, o tempo médio para cumprimento dos mandados de processos físicos pela Central de Mandados de São Leopoldo caiu 35,03% em 2015, na comparação com o ano anterior. Em relação ao tempo de cumprimento de cada tipo de mandado em 2015, constata-se que as penhoras possuem o maior prazo médio de cumprimento pelos oficiais de justiça avaliadores (levando, em média, 31,55 dias), seguidas pelas citações, cuja média foi de 15,87 dias. Por outro lado, o cumprimento mais célere é verificado nas notificações (12,08 dias). Por sua vez, os dados colhidos entre janeiro e setembro de 2016 apontam uma elevação do prazo médio para cumprimento dos mandados em processos físicos – para 20,18 dias, o que corresponde a um avanço de 1,46%.

Quanto aos mandados decorrentes de processos eletrônicos, o lapso médio para efetivo cumprimento das diligências pelos oficiais de justiça avaliadores alcançou 16,46 dias em 2015. Dentre esses, o prazo mais elevado foi registrado naqueles classificados como “mandados” (24,28 dias), enquanto as notificações são as diligências com menor prazo médio de cumprimento (11,38 dias). Por sua vez, as informações colhidas nos 09 primeiros meses de 2016 apontam redução do tempo médio para cumprimento dos mandados para 13,74 dias, lapso 16,52% inferior ao verificado em 2015.

#### 4.3.4. Número e percentual de mandados devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores

<b>Número e percentual de mandados devolvidos com atraso – PROCESSOS FÍSICOS</b>						
	2014		2015		2016 (até 30.09)	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
<b>Busca e Apreensão</b>	2	50,00%	4	66,67%	4	80,00%
<b>Citação</b>	73	46,79%	50	40,65%	18	43,90%
<b>Condução de Testemunha</b>	0	-	0	-	0	-
<b>Notificação</b>	75	41,90%	30	29,13%	17	44,74%
<b>Penhora</b>	220	59,14%	104	66,24%	70	71,43%
<b>Outros</b>	53	38,97%	32	38,55%	21	45,65%



<b>Total Geral</b>	<b>423</b>	<b>49,94%</b>	<b>220</b>	<b>46,61%</b>	<b>130</b>	<b>57,02%</b>
--------------------	------------	---------------	------------	---------------	------------	---------------

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 24.10.2016)

<b>Número e percentual de mandados devolvidos com atraso - PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)</b>						
	<b>2014</b>		<b>2015</b>		<b>2016 (até 30.09)</b>	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
<b>Intimação</b>	0	-	0	-	0	-
<b>Notificação</b>	763	33,69%	1.078	39,84%	1.322	44,15%
<b>Mandado</b>	726	53,58%	1.172	67,59%	1.258	61,64%
<b>Ofício</b>	17	58,62%	26	59,09%	26	45,61%
<b>Total</b>	<b>1.506</b>	<b>41,27%</b>	<b>2.276</b>	<b>50,76%</b>	<b>2.606</b>	<b>51,18%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 24.10.2016)

O prazo legal para cumprimento de mandados pelos oficiais de justiça avaliadores é de 9 dias (§2º do art. 721 da CLT), ampliado para 10 dias, nos casos de avaliação (§3º do art. 721, c/c o *caput* do art. 888, ambos da CLT). Analisando-se as informações do sistema informatizado da Unidade Judiciária, constatou-se que foi significativo o número de mandados cumpridos após o decurso do prazo legal.

**Em relação aos processos físicos**, constatou-se que foram devolvidos 220 mandados após o decurso do prazo legal em 2015, valor correspondente a 46,61% de todos os mandados cumpridos, tendo havido redução em relação aos dados de 2014, cujo percentual de mandados devolvidos com atraso alcançava 49,94% do total de mandados cumpridos. A busca e apreensão foi a espécie de mandados com maior percentual de devolução após o prazo legal em 2015 (66,67%), seguida pelas penhoras (66,24%). Por sua vez, os dados parciais do ano de 2016 (janeiro a setembro) apontam novo aumento do percentual de diligências cumpridas após o prazo legal nos processos físicos (57,02%).

**Quanto aos mandados emitidos em processos eletrônicos**, constatou-se que 2.276 foram devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores em 2015, que equivale a 50,76% de todos os mandados cumpridos no período. Dentre essas diligências, aquelas classificadas como “mandados” apresentam maior índice de devolução com atraso (67,59%). Nos 09 primeiros meses de 2016, por sua vez, verifica-se tendência de elevação do percentual de mandados de processos judiciais eletrônicos cumpridos intempestivamente.

Relaciona-se no quadro abaixo os mandados que levaram mais tempo para serem cumpridos pela central de mandados de São Leopoldo:

<b>Mandados com maior tempo para cumprimento, por tipo (processos eletrônicos – PJe)</b>				
Processo	Tipo de mandado	Data da distribuição	Data da devolução	Total de dias
0020613-54.2015.5.04.0333	Mandado	22.04.2015	14.10.2015	<b>175</b>





0021752-18.2013.5.04.0331	Mandado	14.05.2015	03.11.2015	<b>173</b>
0021612-38.2014.5.04.0334	Mandado	29.05.2015	17.11.2015	<b>172</b>
0020679-65.2014.5.04.0334	Mandado	05.05.2015	23.10.2015	<b>171</b>
0020601-14.2013.5.04.0332	Mandado	18.05.2015	02.11.2015	<b>168</b>
0021083-56.2013.5.04.0333	Mandado	29.05.2015	11.11.2015	<b>166</b>
0020567-65.2015.5.04.0333	Mandado	04.05.2015	08.10.2015	<b>157</b>
0020785-93.2015.5.04.0333	Mandado	22.05.2015	26.10.2015	<b>157</b>
0020456-84.2015.5.04.0332	Mandado	05.05.2015	08.10.2015	<b>156</b>
0020594-45.2015.5.04.0334	Notificação	18.05.2015	21.10.2015	<b>156</b>
0020569-03.2013.5.04.0334	Mandado	12.06.2015	13.11.2015	<b>154</b>
0021087-65.2014.5.04.0331	Mandado	25.05.2015	21.10.2015	<b>149</b>
0020630-93.2015.5.04.0332	Mandado	14.05.2015	08.10.2015	<b>147</b>
0021714-06.2013.5.04.0331	Notificação	02.06.2015	26.10.2015	<b>146</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 24.10.2016)

#### 4.3.5 Mandados pendentes de devolução com prazo de devolução vencido no sistema informatizado

Mediante consulta ao sistema informatizado inFOR, realizada no dia 21.10.2016, foi constatada a existência de 9 mandados pendentes de devolução nos processos físicos cujo limite legal para sua devolução já houvesse sido ultrapassado.

<b>Mandados em aberto no sistema - PROCESSOS FÍSICOS</b>					
	Nº Processo	Data da Distribuição	Tipo de documento	Oficial de Justiça	Dias em carga
1	0044300-10.2008.5.04.0332	16.09.2016	Penhora	André Facini Pereira	<b>35</b>
2	0001214-50.2012.5.04.0331	22.09.2016	Penhora	Thomaz da Costa Farias	<b>29</b>
3	0001713-65.2011.5.04.0332	22.09.2016	Penhora	Thomaz da Costa Farias	<b>29</b>
4	0034500-89.2007.5.04.0332	22.09.2016	Penhora	Thomaz da Costa Farias	<b>29</b>
5	0001219-09.2011.5.04.0331	23.09.2016	Penhora	Endrigo Pitrez Mignoni	<b>28</b>
6	0001294-14.2012.5.04.0331	23.09.2016	Penhora	Thomaz da Costa Farias	<b>28</b>
7	0001324-49.2012.5.04.0331	23.09.2016	Penhora	Thomaz da Costa Farias	<b>28</b>
8	0012500-10.1998.5.04.0333	27.09.2016	Notificação	Alicia Wilke Salvador	<b>24</b>
9	0012500-10.1998.5.04.0333	29.09.2016	Citação	Endrigo Pitrez Mignoni	<b>22</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 21.10.2016)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Por sua vez, o sistema PJe-JT, no dia 21.10.2016, apresentava 40 mandados sem registro de cumprimento no prazo.

<b>Mandados em aberto no sistema - PROCESSOS ELETRÔNICOS – PJe-JT</b>					
	Nº Processo	Data da Distribuição	Tipo de documento	Oficial de Justiça	Dias em carga
1	0021745-46.2015.5.04.0334	04.08.2016	Mandado	Endrigo Pitrez Mignoni	<b>78</b>
2	0020193-12.2016.5.04.0334	15.08.2016	Mandado	Endrigo Pitrez Mignoni	<b>67</b>
3	0020783-92.2016.5.04.0332	16.08.2016	Notificação	Alicia Wilke Salvador	<b>66</b>
4	0020884-69.2015.5.04.0331	24.08.2016	Mandado	Endrigo Pitrez Mignoni	<b>58</b>
5	0020468-95.2015.5.04.0333	08.09.2016	Mandado	Endrigo Pitrez Mignoni	<b>43</b>
6	0021373-43.2014.5.04.0331	09.09.2016	Mandado	André Facini Pereira	<b>42</b>
7	0021266-56.2015.5.04.0333	12.09.2016	Mandado	Edegar Closs Pinter	<b>39</b>
8	0021476-70.2016.5.04.0334	13.09.2016	Mandado	Thomaz Da Costa Farias	<b>38</b>
9	0020488-29.2014.5.04.0331	14.09.2016	Mandado	Moises Bueno Lopes Neto	<b>37</b>
10	0020678-52.2015.5.04.0332	15.09.2016	Mandado	Endrigo Pitrez Mignoni	<b>36</b>
11	0021756-75.2015.5.04.0334	15.09.2016	Mandado	Thomaz Da Costa Farias	<b>36</b>
12	0020057-24.2016.5.04.0331	16.09.2016	Mandado	André Facini Pereira	<b>35</b>
13	0020119-64.2016.5.04.0331	16.09.2016	Mandado	Moises Bueno Lopes Neto	<b>35</b>
14	0021589-04.2014.5.04.0331	16.09.2016	Mandado	André Facini Pereira	<b>35</b>
15	0021000-66.2015.5.04.0334	19.09.2016	Mandado	Alicia Wilke Salvador	<b>32</b>
16	0021340-79.2016.5.04.0332	22.09.2016	Mandado	Endrigo Pitrez Mignoni	<b>29</b>
17	0021345-04.2016.5.04.0332	22.09.2016	Mandado	Thomaz Da Costa Farias	<b>29</b>
18	0021385-83.2016.5.04.0332	22.09.2016	Mandado	Moises Bueno Lopes Neto	<b>29</b>
19	0021134-86.2015.5.04.0304	23.09.2016	Mandado	André Facini Pereira	<b>28</b>
20	0021134-86.2015.5.04.0304	23.09.2016	Mandado	André Facini Pereira	<b>28</b>
21	0020168-73.2014.5.04.0332	26.09.2016	Mandado	Endrigo Pitrez Mignoni	<b>25</b>
22	0020285-56.2015.5.04.0291	26.09.2016	Mandado	André Facini Pereira	<b>25</b>
23	0020560-76.2015.5.04.0332	26.09.2016	Mandado	Moises Bueno Lopes Neto	<b>25</b>
24	0021053-24.2013.5.04.0332	26.09.2016	Mandado	Edegar Closs Pinter	<b>25</b>
25	0021281-62.2014.5.04.0332	26.09.2016	Mandado	Alicia Wilke Salvador	<b>25</b>
26	0021430-87.2016.5.04.0332	26.09.2016	Mandado	Edegar Closs Pinter	<b>25</b>
27	0021818-58.2014.5.04.0332	26.09.2016	Mandado	André Facini Pereira	<b>25</b>
28	0021919-64.2015.5.04.0331	26.09.2016	Mandado	André Facini Pereira	<b>25</b>
29	0020959-42.2014.5.04.0332	26.09.2016	Mandado	Alicia Wilke Salvador	<b>25</b>
30	0021630-02.2013.5.04.0332	26.09.2016	Mandado	Alicia Wilke Salvador	<b>25</b>
31	0020073-43.2014.5.04.0332	27.09.2016	Mandado	André Facini Pereira	<b>24</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

32	0020810-75.2016.5.04.0332	27.09.2016	Mandado	Edegar Closs Pinter	<b>24</b>
33	0021313-02.2016.5.04.0331	28.09.2016	Notificação	André Facini Pereira	<b>23</b>
34	0020449-58.2016.5.04.0332	28.09.2016	Notificação	Endrigo Pitrez Mignoni	<b>23</b>
35	0020884-19.2016.5.04.0013	28.09.2016	Mandado	André Facini Pereira	<b>23</b>
36	0020884-19.2016.5.04.0013	28.09.2016	Mandado	André Facini Pereira	<b>23</b>
37	0020777-36.2016.5.04.0122	29.09.2016	Notificação	Alicia Wilke Salvador	<b>22</b>
38	0021168-71.2015.5.04.0333	29.09.2016	Notificação	Alicia Wilke Salvador	<b>22</b>
39	0021677-33.2014.5.04.0334	29.09.2016	Mandado	Moises Bueno Lopes Neto	<b>22</b>
40	0020286-75.2014.5.04.0291	29.09.2016	Mandado	André Facini Pereira	<b>22</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 21.10.2016)

#### 4.3.6 Número de mandados recebidos e cumpridos por oficial de justiça avaliador

Os quadros abaixo contêm os números de mandados recebidos e cumpridos mensalmente por oficial de justiça avaliador da Central de Mandados de São Leopoldo.

<b>Alicia Wilke Salvador</b>						
<b>INFOR</b>						
	<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até 30.09)</b>	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Busca e Apreensão</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Citação</b>	20	19	08	11	07	06
<b>Condução de Testemunha</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	35	36	05	05	04	03
<b>Penhora</b>	63	64	10	11	15	15
<b>Outros</b>	09	11	12	12	04	04
<b>Total</b>	<b>127</b>	<b>130</b>	<b>35</b>	<b>39</b>	<b>30</b>	<b>28</b>
<b>PJe-JT</b>						
	<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até 30.09)</b>	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Intimação</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	393	389	141	147	400	374
<b>Mandado</b>	190	183	183	192	230	216



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Ofício</b>	02	02	05	05	07	06
<b>Total</b>	<b>585</b>	<b>574</b>	<b>329</b>	<b>344</b>	<b>637</b>	<b>596</b>

**André Facini Pereira**

**INFOR**

	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 30.09)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Busca e Apreensão</b>	00	00	00	00	01	01
<b>Citação</b>	23	21	11	13	03	03
<b>Condução de Testemunha</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	25	24	23	24	05	04
<b>Penhora</b>	52	52	14	16	16	13
<b>Outros</b>	30	30	08	08	10	07
<b>Total</b>	<b>130</b>	<b>127</b>	<b>56</b>	<b>61</b>	<b>35</b>	<b>28</b>

**PJe-JT**

	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 30.09)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Intimação</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	389	381	416	417	492	480
<b>Mandado</b>	191	175	221	227	277	259
<b>Ofício</b>	08	08	03	03	09	09
<b>Total</b>	<b>588</b>	<b>564</b>	<b>640</b>	<b>647</b>	<b>778</b>	<b>748</b>

**Edegar Closs Pinter**

**INFOR**

	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 30.09)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Busca e Apreensão</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Citação</b>	15	15	32	32	06	06



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Condução de Testemunha</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	20	21	18	18	05	05
<b>Penhora</b>	44	43	36	37	11	10
<b>Outros</b>	09	08	16	17	06	04
<b>Total</b>	<b>88</b>	<b>87</b>	<b>102</b>	<b>104</b>	<b>28</b>	<b>25</b>
<b>PJe-JT</b>						
<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até 30.09)</b>		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Intimação</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	284	271	323	334	424	412
<b>Mandado</b>	163	163	298	294	264	256
<b>Ofício</b>	07	07	06	06	07	06
<b>Total</b>	<b>454</b>	<b>441</b>	<b>627</b>	<b>634</b>	<b>695</b>	<b>674</b>

<b>Endrigo Pitrez Mignoni</b>						
<b>INFOR</b>						
<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até 30.09)</b>		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Busca e Apreensão</b>	00	00	06	06	01	01
<b>Citação</b>	00	00	17	14	08	09
<b>Condução de Testemunha</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	00	00	14	14	04	02
<b>Penhora</b>	00	00	22	19	09	11
<b>Outros</b>	00	00	24	24	04	04
<b>Total</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>83</b>	<b>77</b>	<b>26</b>	<b>27</b>
<b>PJe-JT</b>						
<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até 30.09)</b>		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Intimação</b>	00	00	00	00	00	00



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Notificação</b>	00	00	527	507	322	325
<b>Mandado</b>	00	00	307	288	235	243
<b>Ofício</b>	00	00	18	18	05	03
<b>Total</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>852</b>	<b>813</b>	<b>562</b>	<b>571</b>

<b>José Luís Benatti Filho</b>						
<b>INFOR</b>						
	<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até 30.09)</b>	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Busca e Apreensão</b>	00	00	00	00	01	01
<b>Citação</b>	01	01	27	27	08	08
<b>Condução de Testemunha</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	02	02	16	16	09	09
<b>Penhora</b>	02	01	19	19	12	13
<b>Outros</b>	01	00	09	09	16	15
<b>Total</b>	<b>06</b>	<b>04</b>	<b>71</b>	<b>71</b>	<b>46</b>	<b>46</b>
<b>PJe-JT</b>						
	<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até 30.09)</b>	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Intimação</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	07	04	607	603	546	553
<b>Mandado</b>	10	05	260	259	401	407
<b>Ofício</b>	00	00	01	01	10	10
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>09</b>	<b>868</b>	<b>863</b>	<b>957</b>	<b>970</b>





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Moisés Bueno Lopes Neto</b>						
<b>INFOR</b>						
	<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até 30.09)</b>	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Busca e Apreensão</b>	01	00	00	00	01	01
<b>Citação</b>	35	01	11	27	03	08
<b>Condução de Testemunha</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	26	02	15	16	05	09
<b>Penhora</b>	54	01	20	19	18	13
<b>Outros</b>	19	00	08	09	06	15
<b>Total</b>	<b>135</b>	<b>04</b>	<b>54</b>	<b>71</b>	<b>33</b>	<b>46</b>
<b>PJe-JT</b>						
	<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até 30.09)</b>	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Intimação</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	314	295	320	324	457	462
<b>Mandado</b>	201	184	250	215	279	316
<b>Ofício</b>	01	01	09	08	13	14
<b>Total</b>	<b>516</b>	<b>480</b>	<b>579</b>	<b>547</b>	<b>749</b>	<b>792</b>

<b>Thomaz da Costa Farias</b>						
<b>INFOR</b>						
	<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até 30.09)</b>	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Busca e Apreensão</b>	02	00	00	00	00	01
<b>Citação</b>	31	01	10	27	06	08
<b>Condução de Testemunha</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	24	02	10	16	07	09
<b>Penhora</b>	66	01	24	19	20	13



<b>Outros</b>	31	00	03	09	07	15
<b>Total</b>	<b>154</b>	<b>04</b>	<b>47</b>	<b>71</b>	<b>40</b>	<b>46</b>
<b>PJe-JT</b>						
	<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até 30.09)</b>	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Intimação</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	377	366	294	290	361	374
<b>Mandado</b>	279	271	230	224	324	330
<b>Ofício</b>	05	05	04	02	06	08
<b>Total</b>	<b>661</b>	<b>642</b>	<b>528</b>	<b>516</b>	<b>691</b>	<b>712</b>

## **5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CCDF E CDM**

A CCDF e Central de Mandados de São Leopoldo encontram-se em instalações adequadas, bem organizadas e com número de servidores suficiente à demanda de trabalho. Na entrevista realizada, percebe-se o comprometimento do coordenador e dos servidores com as atividades desenvolvidas. Tanto o Coordenador quanto o seu assistente revelam domínio das rotinas da Unidade, demonstrando comprometimento na execução das tarefas correspondentes.

Necessário destacar também os bons resultados alcançados, em especial, da Central de Mandados, tendo em vista a redução do prazo médio na maioria dos mandados cumpridos em relação ao ano anterior, especialmente nos processos eletrônicos. Quanto ao cumprimento dos mandados, os oficiais de justiça observam o prazo legal ou, ao menos, mantêm um prazo razoável

Em suma, é louvável a postura engajada e comprometida dos servidores da Unidade no desempenho das atividades em busca de uma efetiva prestação jurisdicional.

## **6 RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES**

### **ITEM 3.2.1 e 3.2.2 (Unificação de dados cadastrais de reclamadas e advogados)**

Determina-se a observância do artigo 41, §§ 3º e 4º, da CPCR, no sentido de intensificar o procedimento de unificação dos dados cadastrais de reclamadas e advogados.

### **ITEM 4.3.4. (Mandados devolvidos com atraso)**

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR, especialmente em relação aos mandados de



penhora, bem como a verificação constante no sistema para evitar a ocorrência de mandados já devolvidos às unidades de origem, sem o devido registro.

## **7 PRESENCAS**

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com o Coordenador e os demais servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de São Leopoldo no dia 16.11.2016, das 14h às 15h, disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes às Unidades Judiciárias desse Foro. Compareceram os advogados Cláudio Garcez e Rene Engerov, representando a Subseção da OAB local, bem como advogados e representantes da empresa PSA Indústria de Papel. Especificamente em relação à Coordenadoria de Controle de Direção do Foro e à Central de Mandados, não houve manifestação.

## **8 SOLICITAÇÕES PARA ÁREA ADMINISTRATIVA / JUDICIÁRIA**

O Coordenador da CCDF solicitou orientações quanto à eliminação de registros manuscritos, tais como livro carga de mandados, registros de ponto de servidores, livro carga de advogados etc., lhe sendo informado que tais eliminações devem ser precedidas de Processo Administrativo junto à Vice-Corregedoria.

Solicitou o Coordenador, ainda, instruções quanto à requisição da Direção Geral deste Regional de destinação de espaço para armazenamento de produtos de limpeza, lhe sendo orientado buscar tais instruções diretamente junto à Direção Geral.

## **9 PRAZO PARA RESPOSTA**

O Coordenador deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria (exclusivamente pelo *e-mail* [assjcor@trt4.jus.br](mailto:assjcor@trt4.jus.br)) sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

## **10 ENCERRAMENTO**

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Coordenador Josué Alfredo Barreto da Silveira e pelo servidor Nirton Vicente Scherer, presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Guy de Bruchard, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

Este relatório é publicado na presente data em virtude dos seguintes compromissos da Desembargadora Corregedora: participação no COLEPRECOR em 23 e 24.11.2016, inspeção correcional na Vara do Trabalho de Farroupilha em 30.11.2016, no Foro Trabalhista de Caxias do Sul em 1º.12.2016, participação no 10º Encontro Nacional do Poder Judiciário promovido pelo CNJ, no TSE em 05 e



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

06.12, inspeção correicional no Foro de Santa Maria em 09.12.2016, bem como a suspensão de prazos durante o período de recesso forense, conforme Lei nº 5.010/66.

**Maria da Graça Ribeiro Centeno**  
**Corregedora Regional**